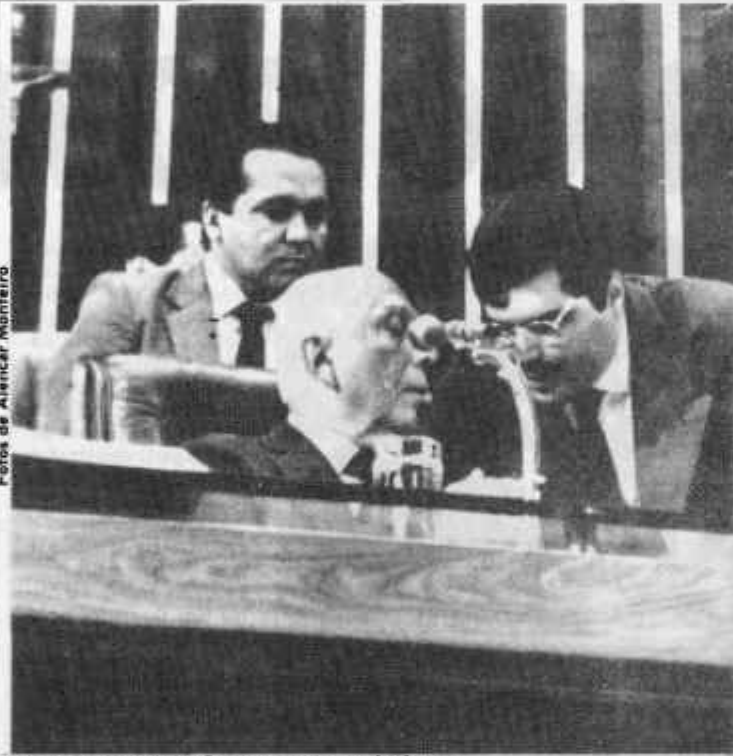


Política

CONSTITUINTE

A ESTABILIDADE, DEPOIS DO CARNAVAL.

Ontem só deu para terminar a votação do Título II: às 13h o plenário já estava vazio. Agora vem o mais difícil: direitos sociais.



Ulysses e Zequinha Sarney: contra o pianismo.



Delfim e Cardoso: contra o engessamento.

Os pianistas atacam outra vez

Mais uma denúncia de fraude na Constituinte: o deputado Messias Goes (PFL-SE) acusou o presidente nacional do PT, deputado Olívio Dutra, de ter votado duas vezes na sessão de ontem. Dutra explicou, calmamente, que chegou atrasado para digitar seu código e votar, por isso utilizou o posto avulso. Vários constituintes confirmaram essa versão e criticaram a "leviandade" da acusação de Messias Goes. O presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, também aceitou a explicação de Olívio Dutra. Mesmo assim, Goes formalizou a denúncia, encaminhada à comissão de sindicância que já apura acusações idênticas contra o deputado Sarney Filho (PFL-MA). Para verificar se Sarney Filho estava mesmo ausente do plenário, como alegou, a comissão pediu os teipes do programa de tevê da Voz da Constituinte, fotos do plenário e o registro do computador do sistema de votação eletrônica da sessão de terça-feira, quando o deputado foi acusado.

Cartazes: todos fazem concessões.

Os sindicatos serão poupados da apreensão dos cartazes de autoria da CUT que exhibe os parlamentares do Centrão como "traidores do povo". Depois que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, fez essa concessão, ontem, o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) cedeu em outro ponto: prometeu que, nas próximas impressões, serão retirados dos cartazes os telefones dos parlamentares acusados. Desse modo, Lula acredita que a manifestação será aceita. Em Curitiba, porém, o prefeito Roberto Requião, não concordou com a limpeza dos muros e paredes da cidade onde estão afixados os cartazes. E fez uma contraproposta à Polícia Federal, que distribuiu tal ordem: abrir espaço para que os constituintes ofendidos fizessem outros cartazes expondo suas razões. "Numa democracia, os homens públicos estão sujeitos a críticas públicas", argumentou Requião. "Estatamente por isso, a única coisa que não deve faltar a eles é o direito de resposta."

APROVADO

Eis os dispositivos aprovados ontem pela Constituinte, referentes ao artigo 6º da futura Constituição.

Parágrafo 53: "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. O autor da ação é isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má fé".

Parágrafo 54: "É reconhecida a instituição do júri com a organização que lhe der a lei, assegurados o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida".

Parágrafo 55: "Cabe ação de inconstitucionalidade contra o ato ou omissão, que fira preceito desta Constituição".

Parágrafo 56: "As ações pre-

vistas nos parágrafos 40 e 52 são gratuitas".

Parágrafo 57: "São gratuitos aos reconhecidamente pobres na forma da lei o registro civil de nascimento e o atestado de óbito bem como os demais atos necessários ao exercício da cidadania".

Parágrafo 58: "O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Parágrafo 59: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos atos internacionais de que o País seja signatário".

Parágrafo 60: "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir a eficácia desta disposição".

Parágrafo 61: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata".

Se houver quórum e os entendimentos entre as lideranças partidárias chegarem a bom termo, a Assembleia Nacional Constituinte começará a votar, após o Carnaval, o Título III, que trata Dos Direitos e Garantias Sociais, de que faz parte a questão da estabilidade do empregado.

Ontem, a Constituinte concluiu a votação dos 61 parágrafos do artigo 6º do projeto de Constituição, que trata Dos Direitos e Garantias Individuais.

As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos passaram a ter aplicação imediata, uma inovação em relação à Carta constitucional vigente. Isso significa que todos os preceitos estarão em vigor mesmo antes da elaboração da legislação ordinária requerida por alguns dos itens.

Foi uma das mais longas sessões, iniciada às 8h30 e encerrada às 14 horas, mesmo assim por pressão da maioria dos constituintes, que desejavam viajar para seus Estados, a fim de passar o Carnaval e temerosos da eclosão da greve dos aeroviários. A Constituinte só voltará a se reunir na próxima quinta-feira, às 15 horas, mas a folga antecipada concedida ontem por Ulysses será recompensada: ele avisou logo que haverá sessões no sábado e domingo.

Estimulados pelo presidente Ulysses Guimarães, que estava disposto a concluir a votação do Título II, os pronunciamentos foram rápidos e algumas emendas retiradas. Emenda do deputado Gérson Peres (PDS-PA) foi aprovada sem nenhum voto contrário — 355 favoráveis contra 4 abstenções — tornando gratuitos aos reconhecidamente pobres o registro civil de nascimento e o atestado de óbito, além dos demais atos necessários ao exercício da cidadania.

Houve acordo de lideranças para todas as emendas e os resultados das votações foram sempre expressivos. As atribuições e garantias do júri, assegurados o sigilo das votações, a plenitude da defesa, a soberania dos veredictos e a competência para julgar crimes dolosos contra a vida, tornaram-se mais precisas em relação à Constituição vigente, sendo restabelecido o texto original da Comissão de Sistematização, por proposta do deputado Pimenta da Veiga, aprovada por 393 votos favoráveis, 2 contrários e nenhuma abstenção.

Foi mantida a ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão contrários aos preceitos constitucionais, e gratuitas também as ações de habeas-corpus e habeas-data, por emenda do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) aprovada por 305 votos contra 3 e 7 abstenções. Emenda do deputado Vasco Alves (PMDB-ES) propondo a competência do júri para o julgamento de crimes contra a economia popular, o patrimônio público e o meio ambiente foi rejeitada por 215 votos contra 152 e 12 abstenções.

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, segundo o texto aprovado por 372 votos contra 2 e 3 abstenções.

Após as 13 horas, já com os constituintes começando a abandonar o plenário, Ulysses Guimarães colocou em votação três emendas aditivas, nenhuma delas alcançando quórum para aprovação. A do deputado José Tavares (PMDB-PR) tornava o terrorismo crime inafiançável, e de Pimenta da Veiga (PMDB-MG) estabelecia que não haveria nenhum documento sigiloso 30 anos após sua produção, e a de Dirce Tutu Quadros tornando livre a assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente.

Estabilidade

A estabilidade passou a ser o principal tema em discussão a partir de agora. Ontem foi iniciada a segunda rodada de negociações, com uma reunião no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, da qual participaram o senador Virgílio Távora e os deputados José Serra, Ronaldo Cezar Coelho e Antônio Brito. O objetivo do encontro, que reuniu integrantes do Centrão e do Grupo dos 32, foi avaliar as emendas existentes sobre a estabilidade a fim de se tentar encontrar uma fórmula que atenda aos interesses dos empresários e dos trabalhadores.

O senador Fernando Henrique Cardoso disse que será muito difícil se chegar a um consenso, mas que o objetivo é encontrar uma fórmula que permita uma votação consistente que assegure aos trabalhadores uma proteção com relação ao trabalho e que ao mesmo tempo não engesse a economia. O senador paulista lembrou que o empresário insiste em transformar toda estabilidade em indenização, enquanto os sindicatos lutam pela estabilidade plena: "As duas posições são extremas e, por isso, temos que negociar para encontrar uma fórmula intermediária, que diminua a rotatividade, dando uma proteção ao trabalhador e sua família ao mesmo tempo que não mate a galinha dos ovos de ouro, que é a empresa". Para ele, no final se chegará a uma indenização com outros benefícios para penalizar a demissão imotivada.

O NOVO CENTRÃO



Passarinho

O centrão retornará do Carnaval na quinta-feira dia 18, com uma nova imagem, trazendo à sua frente os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Marco Maciel (PFL-PE). "Se o Centrão me der carta branca para agir, aceitarei a liderança" — disse o senador Passarinho, após ressaltar que fará algumas restrições às emendas porque não participou da elaboração das propostas do grupo, mas não se sente constrangido porque irá integrar o "neo-Centrão". Esta estratégia foi montada pelo grupo, na reunião realizada na noite da última quarta-feira, quando foi feita uma reavaliação dos problemas enfrentados nas últimas semanas, quando o Centrão amargou derrotas e sofreu algumas baixas por causa de posições de suas lideranças ecléticas. "Eles perceberam que lideranças múltiplas e diversas não funcio-

nam" — revelou Passarinho, acentuando ainda que muitos dos membros do Centrão já vinham pedindo que ele aceitasse o desafio há muito tempo e que está à disposição para ajudá-los, no que for possível.

O deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ) explicou que durante o recesso do Carnaval o Centrão irá elaborar um trabalho detalhado sobre quantos são os seus reais membros, quem são os parlamentares que votam apenas em algumas questões e que tipo de questões são estas, numa tentativa de encontrar um perfil mais verdadeiro do grupo. "Com isso, disse Jefferson, será possível saber qual será o nosso peso de negociação, evitando assim que o Centrão sofra derrotas em pontos considerados imperdíveis." A partir de agora, os membros do Centrão terão maior cuidado com declarações bobas "porque o besteirol compromete a imagem do grupo" — acentuou Roberto Jefferson. Esses problemas fizeram com que muitas pessoas, revoltadas, abandonassem o grupo, revelou o parlamentar petebista.

Uma comissão formada por oito representantes do Centro Democrático esteve ontem no início da manhã na residência do presidente

do PMDB, Ulysses Guimarães, para fazer entrega do manifesto, assinado por 61 peemedebistas, no qual é defendida a unidade do partido. O grupo promete a partir de agora votar com a legenda, o que significa que rompem com o Centrão no momento de análise das matérias constitucionais.

O deputado Ubiratam Aguiar (PMDB-GO) afirmou que a intenção do grupo não é de enfraquecer o Centrão, já que os signatários, a seu ver, somente se mantiveram com o grupo para a mudança regimental. afirmou, entretanto, que na votação em plenário o Centro Democrático passa a seguir o PMDB.

Mas alguns signatários do manifesto do Centro Democrático já estão telegrafando ao coordenador Expedito Machado (PMDB-CE) pedindo o cancelamento do apoio. Um deles, deputado Nyder Barbosa (ES), por exemplo, pediu o cancelamento de sua assinatura do documento "por discordar da decisão de romper com o Centrão". A deputada Márcia Kubitschek (DF) disse que assinou o manifesto do Centro Democrático, mas não sairá do Centrão: "O Centrão não é partido. Eu sou do PMDB. Não tem nada a ver".